



“ATUALIZAR, ESTUDAR E TER NOVOS OLHARES”¹: NARRATIVAS DE PROFESSORAS SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Lara Torrada [*]; Paula Regina Costa Ribeiro [**]; Juliana Lapa Rizza [***]

Este artigo objetiva analisar narrativas de professoras de uma Escola de Educação Infantil a fim de problematizar as discussões acerca das questões de gênero e sexualidade tecidas por elas no espaço escolar. A pesquisa foi constituída na perspectiva pós-estruturalista e pelos escritos foucaultianos em interface com os estudos de gênero e sexualidade. A produção de dados se deu a partir da investigação narrativa, com a realização de entrevistas com professoras e outros dados narrativos. Nas análises, foram colocados em operação os conceitos de dispositivo da sexualidade e de gênero em interlocução com as narrativas das professoras, compreendendo-se que há uma rede de ditos e não ditos que controlam o que é “normal” ou “aceitável” para cada sujeita/o, no entanto, há sempre brechas que permitem outras formas de discutir as questões de gênero e sexualidade na educação infantil. Conclui-se que é necessário que as escolas repensem as normas de gênero que (re)produzem violências.

Palavras-chave: Gênero. Sexualidade. Educação Infantil.

***"Updating, studying, and taking new perspectives": teachers' narratives on gender and
sexuality in Early Childhood Education***

ABSTRACT

This article aims to analyze the narratives of teachers at an Early Childhood Education School in order to problematize the discussions they hold about gender and sexuality issues in the school environment. This research was presented from a poststructuralist perspective and based on Foucault's writings in conjunction with gender and sexuality studies. Data production was based on narrative research, including interviews with teachers and other narrative data. In the analyses, the concepts of the dispositif of sexuality and of gender device in dialogue with the teachers' narratives, understanding that there is a network of what is said and what is not said that controls what is "normal" or "acceptable" for each subject, however, there are always gaps that allow for other ways of discussing gender and sexuality issues in early childhood education. It is concluded that schools need to rethink the gender norms that (re)produce violence.

Keywords: Gender. Sexuality. Early Childhood Education.

Revista Temas em Educação, João Pessoa, Brasil, v. 35, n. 1, p. 1-25, e-rte 351202623, ano 2026.



***“Atualizar, estudiar y tener nuevas miradas”:* narrativas de maestras sobre género y sexualidad en la Educación Infantil**

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo analizar narrativas de maestras de una Escuela de Educación Infantil con el fin de problematizar las discusiones sobre las cuestiones de género y sexualidad tejidas por ellas en el espacio escolar. Esta investigación se constituyó desde la perspectiva posestructuralista y los escritos foucaultianos en interfaz con los estudios de género y sexualidad. La producción de datos se realizó a partir de la investigación narrativa, mediante entrevistas con maestras y otros datos narrativos. En los análisis, se pusieron en operación los conceptos de dispositivo de sexualidad y de género en interlocución con las narrativas de las maestras, comprendiendo que existe una red de dichos y no dichos que controlan lo que es "normal" o "aceptable" para cada sujeto/a; sin embargo, siempre hay grietas que permiten otras formas de discutir las cuestiones de género y sexualidad en la educación infantil. Se concluye que es necesario que las escuelas repiensen las normas de género que (re)producen violencias.

Palabras clave: Género. Sexualidad. Educación Infantil.

INTRODUÇÃO

Neste artigo², partimos do entendimento de que as questões de gênero e sexualidade constituem e permeiam a escola, produzem efeitos na Educação Infantil, pois são questões presentes na vida das crianças, oriundas dos corpos, das brincadeiras, das fantasias, das relações e das configurações das próprias famílias. Entendemos que sexualidade e gênero são questões que constituem as/os sujeitas/os, no entanto, não de forma livre, sempre capturadas por normas³. Ou seja, em diferentes momentos históricos, sociais e culturais emerge uma rede de ditos e não ditos que ensinam as/aos sujeitas/os modos de entender, ser, estar e comportarem-se na sociedade, o que Michel Foucault nomeia de dispositivo.

Segundo Michel Foucault (2017, 2018), dispositivo é um conjunto de táticas que faz com que determinada forma de poder-saber funcione de acordo com o contexto sociocultural e histórico, como uma estratégia para subjetivar as/os sujeitas/os em busca de sempre capturá-las/os para a norma. Dessa forma, o dispositivo age tanto produzindo quanto controlando as/os



sujeitas/os, “o dispositivo é, na realidade, antes de tudo, uma máquina que produz subjetivações, e só enquanto tal é uma máquina de governo” (Agamben, 2005, p. 15).

O dispositivo, então, é um conjunto heterogêneo que atua de acordo com o foco de poder e controle, nessa direção, algumas problematizações vem sendo tecidas, tais como: dispositivo de gênero (Amigot Leache; Pujal I Llombart, 2009; Vargas-Monroy; Pujal I Llombart, 2013), dispositivo da família (Kornatzki, 2019), dispositivo da maternidade (Marcello, 2009), dispositivo da sexualidade (Foucault, 2017, 2018) entre outros. Além disso, um dispositivo não opera ou se fabrica sem estar articulado a outros dispositivos, assim, ele se produz de modo imbricado.

Ademais, Foucault (2017, 2018) argumenta que os dispositivos moldam comportamentos e identidades das/os sujeitas/os. Nesse contexto, a sexualidade desponta como um dos campos atravessados por constantes de investigações, normatizações e estratégias de controle.

A sexualidade é entendida como um domínio, um saber a ser compreendido “colocada já há várias centenas de anos, no centro de uma formidável petição de saber” (Foucault, 2017, p. 86). É algo que deve ser investigado, controlado e gerenciado. (ibidem). Para Foucault (2017, p. 115),

a sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não a realidade subterrânea que se aprende com dificuldade, mas a grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e de poder.

Nesse sentido, o dispositivo da sexualidade é um conjunto heterogêneo de elementos ditos e não ditos⁴, a exemplo de “discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas” (Foucault, 2018, p. 364). Esses produzem e regulam a sexualidade. Desse modo, tal dispositivo é a rede que se estabelece entre esses elementos, o qual tem, portanto,



uma “função estratégica dominante” (ibidem, 2018, p. 365), ou seja, o dispositivo está inscrito em um jogo de poder e sempre ligado a configurações de saber, as quais, ao mesmo tempo em que emergem dele, também o condicionam.

Do mesmo modo que o dispositivo da sexualidade tem seu caráter regulatório, consideramos que o dispositivo de gênero instaura e estabelece normas que produzem e regulam a vida social. Destacamos que Michel Foucault não se deteve às discussões sob o viés das questões de gênero e das mulheres, entretanto, na atualidade, os estudos feministas e estudos de gênero têm-se utilizado de ferramentas do autor, como dispositivo, para contribuir em suas análises.

O dispositivo de gênero é mobilizado por um conjunto de elementos que, em rede, hierarquizam o que é da ordem do masculino e do feminino. Para Patricia Amigot Leache e Margot Pujal (2009, p. 122, tradução nossa), o dispositivo de gênero “permite contemplar elementos heterogêneos e variáveis em função dos contextos que operam na produção e regulação das identidades sexuais e da subordinação das mulheres”.

Pensar a dimensão dos dispositivos, tanto de gênero quanto o dispositivo da sexualidade é problematizar a construção dos discursos – ditos e não ditos – sobre a fabricação de mulheres e homens, meninas e meninos, sobre as assimetrias e desigualdades nas relações humanas, e do que é atribuído e permitido no âmbito da sexualidade, do gênero e dos corpos a cada sujeita/o. Esses dispositivos buscam gerir e regular as vidas em um padrão – cisheteronormativo⁵ –, atendendo uma determinada demanda histórica.

Nesse sentido, ao reconhecermos que gênero e sexualidade estão no espaço escolar, e mais especificamente produzindo efeitos no modo de ser e estar de crianças na Educação Infantil, estabelecemos uma relação com o dispositivo da sexualidade e de gênero, que atuam na regulação e no controle das práticas e discursos sobre tais questões.

Nessa pesquisa, então, apresentamos as narrativas de professoras⁶ que compõem um Escola Municipal de Educação Infantil, mas não qualquer escola, uma Escola Municipal de Educação Infantil – EMEI – que se reconhece enquanto promotora da igualdade de gênero e de sexualidade. Nesse percurso de se nomear de tal maneira está o vínculo da escola com o Projeto



Escola Promotora da Igualdade de Gênero. É importante que apresentemos brevemente o Projeto, pois reconhecemos que a atuação das professoras junto ao projeto foi uma condição que possibilitou a EMEI se reconhecer enquanto uma escola que tem, em suas práticas pedagógicas, as discussões de gênero e sexualidade.

O Projeto Escola Promotora da Igualdade de Gênero foi lançado no ano de 2017 pelo Grupo de Pesquisa Sexualidade e Escola - Gese, vinculado a Universidade Federal do Rio Grande - FURG, e está em sua 9ª edição neste ano de 2025. O projeto tem como público-alvo professores/as que atuam na Educação Infantil, Anos Iniciais, Anos Finais, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos de escolas públicas, estaduais e municipais da Educação Básica do município do Rio Grande.

O Gese busca apoiar as escolas participantes fornecendo embasamento teórico sobre gêneros, diversidades, sexualidades, equidade de gênero, violência de gênero e homofobia, a fim de que as/os professoras/es possam construir propostas educativas para a promoção de discussões acerca de gênero e de sexualidade no espaço escolar. Desse modo, as escolas contribuem para a minimização das representações e dos preconceitos atribuídos às meninas, às mulheres e aos sujeitos LGBTQIAP+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais/Travesti, Queer, Intersexo, Assexual, Pansexual)⁷.

Diante do exposto, buscamos, como objetivo deste estudo, analisar as narrativas de professoras de uma Escola Municipal de Educação Infantil a fim de problematizar as discussões acerca das questões de gênero e sexualidade tecidas por elas no espaço escolar. A EMEI Deborah Thomé Sayão⁸ pesquisada, alocada no Município do Rio Grande, foi inaugurada no ano de 2016, mesmo ano em que uma professora da EMEI do nível I⁹ vivenciou a seguinte situação: deparou-se com uma criança, um menino, mostrando o “bumbum” para outro menino nas dependências da escola. A repercussão de tal situação foi o que levou tal professora a se vincular ao Projeto no ano seguinte, também foi o que mobilizou as discussões das questões de gênero e sexualidade na EMEI, e aciona as problematizações que propomos a partir do presente artigo.



Em um primeiro momento, apresentaremos as estratégias metodológicas que nos possibilitaram a produção dos dados narrativos. Após, discutiremos e analisaremos as narrativas das professoras da EMEI pesquisada e por fim teceremos algumas considerações.

CAMINHOS METODOLÓGICOS

No caminho da pesquisa, é preciso partir do lugar do afeto, das experiências que nos afetam. Nesse sentido, salientamos que esta pesquisa foi afetada pelo referencial teórico e metodológico na perspectiva pós-estruturalista e pelos escritos de Michel Foucault (2017, 2018) e suas/seus estudias/os.

Tais autoras/es nos possibilitaram pensar e problematizar os modos como nos tornamos sujeitas/os, como vamos nos produzindo nas relações de poder, nas relações com as/os outras/os e como constituímos as vivências de gênero e de sexualidade em meio aos jogos de verdade. Autoras e autores como Judith Butler (2019), Roney Polato de Castro (2014), Marlucy Paraíso (2004, 2018), entre outras/os, são as/os interlocutoras/es que nos possibilitaram percorrer o caminho deste texto por meio de seus escritos em interface com discussões sobre dispositivo, educação, escola, gênero e sexualidade.

Assumir a perspectiva teórica pós-estruturalista implica partir do pensamento de que não existem verdades absolutas, nem mesmo caminhos únicos, que se queira ou se deva chegar. Nas palavras de Marlucy Paraíso (2004, p. 284), “as pesquisas educacionais pós-críticas constituem sistemas abertos, compostos por linhas variadas, elas também compõem linhas, tomam emprestado algumas e criam outras”. Desse modo, os estudos, no campo educacional, produzidos a partir dessa perspectiva teórica, permitem uma ruptura nas práticas educacionais, nos currículos e nas pedagogias, tencionando a rede de poder-saber e as normas rígidas que as constituem, para que haja abertura, transgressão, subversão e multiplicação de sentidos para a diferença (ibidem, 2004).

Ao tecer algumas problematizações a respeito de discursos que permeiam as questões de gênero e de sexualidade na Educação Infantil, em articulação com narrativas das professoras



da EMEI Deborah Thomé Sayão, foco de nosso interesse de pesquisa, nos aproximamos da investigação narrativa. Passamos, então, a compreendê-la enquanto uma estratégia potente, já que, com base em seus instrumentos de produção e análise de dados as/os sujeitas/os participantes do estudo conseguem falar de si e de suas experiências a partir do foco de investigação e das interlocuções a serem tecidas.

No pensamento de Roney Castro, “a perspectiva das investigações narrativas insere-se no campo da educação, considerando-a como processo de construção e reconstrução de histórias pessoais e sociais” (Castro, 2014, p. 43), na qual as/os sujeitas/os envolvidas/os participam de redes discursivas. Essas redes produzem, interpretam e constroem histórias relacionadas à educação, à escola, às vidas.

Assim, trabalhar com narrativas permite uma aproximação com os modos como as/os sujeitas/os se constituem, com seus processos de subjetivação e assujeitamento implicados a mecanismos e relações de poder. Nesse sentido, utilizamos do fenômeno da narrativa tanto como algo que se investiga, como um método de investigação (Connelly; Clandinin, 1995), uma vez que, a/o pesquisadora/pesquisador analisa experiências narradas e, ao mesmo tempo, produz narrativas no processo de pesquisa.

A investigação narrativa, com a qual trabalhamos, envolve diferentes métodos, “los dados pueden ser recogidos em forma de notas de campo de la experiencia compartida, en anotaciones en diários, en transcripciones de entrevistas, [...] en acciones de contar relatos, de producir escritos autobiográficos, en documentos” (Connelly; Clandinin, 1995, p. 30). Desse modo, destacamos dois caminhos percorridos para a produção das narrativas¹⁰, são eles:

- Entrevistas Narrativas: olhamos para as narrativas de algumas profissionais da EMEI que nos permitiram ouvir histórias que constituem a escola. Tomamos as narrativas da equipe diretiva e pedagógica da EMEI, composta por Belmira¹¹, Antonieta e Cecília, bem como das professoras da EMEI, Nísia e Luma, participantes do Projeto Escola Promotora da Igualdade de Gênero¹².
- Outra fonte de dado narrativo: acionamos também o capítulo “Dialogando sobre gênero na EMEI Deborah Thomé Sayão” produzido pelas professoras Belmira, *Revista Temas em Educação, João Pessoa, Brasil, v. 35, n. 1, p. 1-25, e-rte 351202623, ano 2026.*



Antonieta e Nísia, no livro “Tecituras sobre corpos, gêneros e sexualidade no espaço escolar”, disponibilizado em: <http://repositorio.furg.br/handle/1/8069>, que entendemos enquanto dado narrativo que constitui a EMEI.

Desse modo, a partir do objetivo deste estudo, passamos a olhar e analisar algumas narrativas das professoras da EMEI a fim de problematizar as discussões acerca das questões de gênero e sexualidade tecidas por elas no âmbito da Educação Infantil.

“PENSEI QUE PRECISAVA ME ATUALIZAR”: NOVAS FORMAS DE RECONHECER GÊNERO E SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Nessa escrita, buscamos olhar para o conceito de dispositivo em interlocução com as narrativas das professoras da EMEI, no movimento de pensar as questões de gênero e de sexualidade no espaço da Educação Infantil. Entendemos que a rede do dito e não dito, em um determinado momento histórico, social e cultural, acaba engendrando as/os sujeitas/os e ensinando-as/os determinados modos de entender, ser, estar e de se comportarem na sociedade para, assim, controlar e combater algumas situações que são entendidas como “preocupantes”, relacionadas à sexualidade e ao gênero.

Seguimos para as análises deste artigo a partir do que conta a professora Nísia sobre sua motivação para participar do Projeto Escola Promotora da Igualdade de Gênero. No momento em que ela viu uma criança, um menino, mostrando o “bumbum” a outro menino, ela se percebe encurralada com os próprios sentimentos e pensamentos frente à situação, na entrevista ela relata: [...] *quando veio a situação que eu peguei duas crianças se olhando com as calças abaixadas se olhando o bumbum, então eu cheguei pra uma outra professora e eu disse ‘olha ali, eles tão sozinhos, eles estão se olhando’ [tom assustado] e ela disse: ‘tá, calma! tudo bem, tô indo ali’, [...] e aí eu percebi que não cabe para uma professora esse choque e pensei que precisava me atualizar, que estava desatualizada e aí casou bem com a proposta desse edital [a professora se referiu ao edital do Projeto Escola Promotora da Igualdade de Gênero divulgado em 2017 para a primeira edição] (Nísia, entrevista, 2021).*



Nísia conta que viu, na temática do projeto, uma *grande oportunidade* e menciona que falou com a gestão da escola: [...] *eu queria me atualizar, eu queria estudar, eu queria ter novos olhares sobre essa questão do corpo* [...] (Nísia, entrevista, 2021). Essa narrativa abriu espaço para pensarmos a respeito da intenção da professora de se *atualizar* com o intuito de ter *novos olhares sobre essa questão do corpo* (ibidem), como um modo de buscar conhecimentos para construir um conjunto de saberes, os quais poderiam auxiliá-la a lidar e governar os corpos infantis.

É necessário destacar que nosso objetivo, nesse estudo, não é apontar o movimento de Nísia como “bom ou ruim”, não é sobre essa ótica que pretendemos fazer algumas análises. Na realidade, temos a intenção de problematizar o porquê de ser necessária uma “atualização”, o porquê ser necessário buscar conhecimento e “novos olhares” acerca dos corpos.

Podemos dizer que Nísia, enquanto uma sujeita produzida em um determinado contexto social, é subjetivada por esses dispositivos regulatórios, o que justifica seu espanto ao ver as crianças se olhando no banheiro. Isso acontece porque há uma “lógica da censura” (Foucault, 2017, p. 92), que produz o dispositivo da sexualidade e, por meio de uma interdição, busca cercear tudo que esteja relacionado à sexualidade, bem como “afirmar que não é permitido impedir que se diga, negar que exista” (ibidem, p. 92). Isso ocorreu com a professora Nísia ao entender que mostrar o *bumbum* não era permitido e, de imediato, não soube como reagir e o que falar para as crianças.

Há uma moral que rege os corpos e que evidencia a censura como estratégia. Segundo Michel Foucault, o século XVIII é marcado por um processo que investiu na moralização dos corpos, principalmente sobre os corpos das crianças.

Os corpos que antes “pavoneavam” entre “gestos diretos, discursos sem vergonha, transgressões visíveis, anatomias mostradas e facilmente misturadas, crianças astutas vagando, sem incômodo nem escândalo” (Foucault, 2017, p. 07), foram encerrados e cobertos a partir das reformas morais e religiosas. Tais reformas instauraram ações que mobilizaram sentimentos de vergonha e de pudor sobre as crianças e seus gestos afetivos ou sexuais.



Nesse mesmo sentido, Judith Butler (2019), no livro “Corpos que importam: os limites discursivos do sexo”, menciona que os corpos vivem dentro de restrições produtivas e reguladoras, as quais determinam quais partes devem ficar à mostra, de quais partes devemos ter vergonha e pudor. Essas últimas, por sua vez, não podem ser compartilhadas em qualquer lugar e com qualquer pessoa. Essas partes constituem a materialização (corpo físico) do sexo, altamente regulada por meio de um discurso cultural, histórico e social.

Esse tipo de discurso chega às escolas ou, mais especificamente à EMEI Deborah Thomé Sayão, também em função do uso dos banheiros conforme aborda Nísia: [...] *foi justamente aí que a gente dialogou, que o banheiro se usa individual, porque só vai tirar a roupa quando tu tá sozinho, que não é legal tirar a roupa num ambiente público, que os outros vão ficar te olhando. Aí entrou a questão da prevenção do abuso, porque aí se eu tiro a roupa para qualquer pessoa, qualquer pessoa pode estar me tocando e não é assim. Daí do banheiro saiu pra gente dialogar com a questão do público e do privado: o que que eu posso permitir e o que não posso permitir* (Nísia, entrevista, 2021).

A partir dessa narrativa, podemos considerar o espaço do banheiro com sua organização arquitetônica somado à orientação das/os adultas/os – nesse caso da professora – como partes da rede que produz o dispositivo que restringe e regula a materialidade dos corpos, a qual dita como devem funcionar. É acerca da produção dessa materialidade que Butler (2019) apresenta seu estudo no livro mencionado. Sem negar que há uma materialidade, que há um corpo físico, a autora aponta o conceito de performatividade, expondo a concepção de que, por meio de um discurso repetido diversas vezes, produzimos efeitos sobre essa materialidade.

Em primeiro lugar, a performatividade deve ser entendida não como um “ato” singular ou deliberado, mas como uma prática reiterativa e citacional por meio da qual o discurso produz os efeitos daquilo que nomeia. O que espero que fique claro no que se segue é que as normas regulatórias do “sexo” trabalham de forma performativa para constituir a materialidade dos corpos e, mais especificamente, para materializar o sexo do corpo [...] (Butler, 2019, p. 21).



Então, a interpretação social, o que se fala a respeito dos corpos, é o que dá sentido a eles. Por exemplo, a partir de uma norma regulatória estabelecida socialmente, o “bumbum” não deve ser mostrado a ninguém. Assim, baixar a calça para o/a coleguinha ver não se faz, “é feio”. Quando isso acontece, é capaz de deixar a professora em “choque”, sem ação, pois essa norma regulatória, ao mesmo tempo proíbe e ensina o que não se pode fazer, igualmente, proíbe abordagens a respeito disso, como falar sobre corpos infantis e mencionar acerca da sexualidade e do gênero.

Nessa escrita, empregaremos a performatividade, que produz um saber a partir do discurso, como um mecanismo de poder agente do dispositivo da sexualidade. Conforme pontua Michel Foucault (2017, p. 91), “o domínio do poder sobre o sexo seria efetuado através da linguagem, ou melhor, por um ato de discurso que criaria, pelo próprio fato de se enunciar, um estado de direito. Ele fala e faz-se a regra”.

Contudo, o próprio Foucault observa que esse poder não é algo que se detenha, algo que seja de uma/um sujeita/o ou de um grupo restrito, não é fixo. Para o filósofo, o poder se exerce em meio a relações que são desiguais, mas também são móveis. Logo, ele existe “em função de uma multiplicidade de pontos de resistência que representam, nas relações de poder, o papel de adversário, de alvo, de apoio, de saliência que permite a apreensão. Esses pontos de resistência estão presentes em toda a rede de poder” (Foucault, 2017, p. 104).

Há, nessas redes de poder, linhas de fuga, brechas, fissuras, que permitem novas configurações, produzem alguns escapes no modo como as/os sujeitas/os vão sendo produzidos, subjetivados (Barros, 2014). Michel Foucault (2017) afirma que os processos de subjetivação também indicam possibilidades, (des)caminhos, fugas e subversão da/o própria/o sujeita/o, não significando a ideia de uma/um sujeita/o livre, que cria suas próprias condições de existência. Trata-se de uma/um sujeita/o que tem condições de escapar de poderes e saberes que se articulam a um dispositivo.

Nessa direção, por exemplo, ainda que estejamos apontando a existência de um dispositivo da sexualidade agindo, o qual acaba por capturar a infância, encontramos linhas de fuga, brechas, para que uma escola, como a EMEI Deborah Thomé Sayão, crie suas próprias

Revista Temas em Educação, João Pessoa, Brasil, v. 35, n. 1, p. 1-25, e-rte 351202623, ano 2026.



condições para debater, com crianças da Educação Infantil, as temáticas de gênero e sexualidade.

“A resistência é o que dá à fuga condição de possibilidade” (Marcello, 2009, p. 234). Ela não é ruptura total das normas instituídas por regimes de saber-poder, ao contrário, esses regimes são reconfigurados e, conseqüentemente, criam outras formas de produção de sujeita/o. Desse modo, a própria resistência é a condição de possibilidade para, como destaca Deleuze, o dispositivo se transformar e se fortificar. De acordo com esse autor,

todo dispositivo se define assim por seu teor de novidade e criatividade, que marca ao mesmo tempo sua capacidade de se transformar, ou de se cindir em proveito de um dispositivo futuro, ou ao contrário, de fortificar-se sobre suas linhas mais duras, mais rígidas ou sólidas (Deleuze, 1999, p. 159).

Essa característica de processo contínuo é o que mantém o dispositivo articulado na maquinaria da sociedade contemporânea. Se os dispositivos determinam, moldam e direcionam nossas formas de ser e estar no mundo, conforme o momento histórico, social, cultural e político, eles precisam manterem-se atualizados, modificarem-se, rearticularem-se. No pensamento de Bárbara Garré, “quando há ruptura, escape, fuga, o dispositivo precisa se reconstituir para capturar novamente o que escapou” (2015, p. 101).

As linhas de rupturas permitem novas configurações no regime de poder-saber, possibilitando novas formas de produção de sujeita/o e a emergência de novos modos de ser e estar em nossa sociedade, capturando-as/os e as/os trazendo para a norma. Estabelecer a sexualidade como um dispositivo significa compreendê-la a partir de um entrelaçamento de diferentes redes, elementos ditos e não ditos, ligados a discursos (políticos, científicos, religiosos, jurídicos, pedagógicos, envolvidos com a produção das questões de gênero e de sexualidade); leis e normas sociais, que regulamentam e determinam o que se pode ou não vivenciar no âmbito das questões de gênero e de sexualidade.

Dessa maneira, o dispositivo estabelece o que pode ou não ser dito e vivenciado. Nessa pesquisa, damos destaque ao efeito do dispositivo da sexualidade, na narrativa de Nísia, professora da EMEI, quando apontou a temática da homossexualidade como sendo da ordem
Revista Temas em Educação, João Pessoa, Brasil, v. 35, n. 1, p. 1-25, e-rte 351202623, ano 2026.



de algumas discussões muito distantes da infância, pois estaria relacionada às relações dos adolescentes. Ainda, ela reafirmou: *meu foco é a infância* (Nísia, entrevista, 2021).

Todavia, consideramos que há sempre linhas de rupturas e movimentos de resistência, que oportunizam “alargar os limites do possível” (Paraíso, 2018, p. 12). Logo, sujeitas/os, no cotidiano, podem ampliar determinações e comportamentos que permeiam as redes de poder e são entendidos como certos, errados, normais e anormais.

Assim, consideramos a presença das discussões de gênero e de sexualidade, na Educação Infantil, como sendo uma urgência histórica, a qual, do mesmo modo, vem produzindo o dispositivo da sexualidade. Tal dispositivo, ao mesmo tempo em que determina o que não pode ser discutido com crianças – temas como ato sexual, prazer sexual, métodos contraceptivos e ISTs (Infecções Sexualmente Transmissíveis) – também acaba possibilitando que se vivencie e se problematize, na escola, temas sobre corpos, acerca do autocuidado referente a abuso sexual, sobre brincar sem determinação de brinquedos de meninas e brinquedos de meninos.

Desse modo, como estratégia, ação e movimento, para cavar e alargar possíveis em um dispositivo da sexualidade, que se buscou, muitas vezes, por diferentes meios, “reduzir todo o sexo à sua função reprodutiva, à sua forma heterossexual e adulta e à sua legitimidade matrimonial” (Foucault, 2017, p. 112-113). Destacamos o Projeto ao possibilitar proposições que envolvem as temáticas de gênero e de sexualidade e o espaço escolar, de modo a olhá-las pelo viés da multiplicidade, da promoção de uma educação para a sexualidade e dos direitos humanos, com ênfase nas diferenças de gênero e de sexualidade.

Conforme Nísia, professora que está vinculada ao projeto desde 2017, participar e acompanhar as formações propostas pelo projeto gerou *calma e cautela* para lidarem com eventos do cotidiano. Essa professora afirmou que, antes de entrar no projeto, pensava: *como que eu vou estar dialogando com as crianças?* (entrevista, 2021). Ainda, complementou sua fala afirmando que, com a experiência da formação, passou a sentir-se mais segura para lidar com diferentes questões que surgem, no cotidiano da escola, no âmbito das temáticas de gênero e de sexualidade (entrevista, 2021).



Outro exemplo de situações cotidianas, podemos apresentar a narrativa da professora Belmira: *a questão do cuidado com o corpo é uma coisa que aparece na rotina, levar ao banheiro, explicar o cuidado com o corpo, explicar quem pode, quem não pode tocar, como entrar no banheiro, como se limpar, como fechar, a quem avisar, e aí isso é como rotina mesmo da educação infantil* (Belmira, entrevista, 2021).

Ainda que esse tipo de evento cotidiano, como o uso dos banheiros, sempre tenha estado no espaço da escola, é a partir das proposições e discussões teóricas, acionadas no espaço do projeto, juntamente com o acompanhamento das/os tutoras/es¹³ do Gese que acompanhavam cada escola, que as professoras passam a enxergar/perceber as questões de gênero e de sexualidade pulsando na realidade escolar. Nísia reportou que [...] *quando surgiu o papo do banheiro que a gente precisava pensar com as crianças como se portar nesse banheiro, como utilizar esse banheiro, o que que cabe dentro deste banheiro, ela [tutora do Gese que acompanhava a escola] disse: “tá aí o gênero” e eu disse “como assim tá aqui o gênero?” E daí ela me explicou. Então, assim, até mesmo a ideia de como trabalhar gênero com a infância eu construí com a tutora que nos acompanhava* (entrevista, 2021).

O Projeto vem, ao longo de nove (9) edições, criando possibilidades para que questões de gênero e de sexualidade sejam vistas e questionadas de uma forma que escapa a uma norma já instituída. Entretanto, é preciso destacar que tanto o projeto quanto suas ações produzem uma atualização no dispositivo da sexualidade, visto ajudarem a criar outra forma de reconhecer que as temáticas de gênero e de sexualidade estão no espaço escolar, nos corpos das crianças e jovens; nas brincadeiras, na organização da escola, na necessidade de abordar temas como violências, relações afetivas, igualdade, entre outros.

Com isso, também constatamos que o Projeto produz, nas professoras vinculadas a ele, um modo de saber, produz uma forma de olhar para a infância, identificando-a como permeada por questões de gênero e de sexualidade e por meio de mecanismos de poder. Esses se estruturam em encontros de formação, palestras, legislações que respaldam a discussão dessas temáticas na escola, entre outros – tem uma função estratégica de produzir verdades sobre as/os sujeitas/os.



Luciana Kornatzki (2019, p. 37) menciona que “os dispositivos são produzidos e se atualizam, conforme as condições dadas historicamente, resultado de lutas de poder-saber-verdade”. Dessa forma, relacionando ao Projeto, a atualização desse dispositivo acontece a partir de um movimento que vem, ao longo da história, lutando e problematizando as questões de gênero e de sexualidade e, com isso, provocando novos modos de pensar esses assuntos.

Assim, em certo momento histórico e cultural, emergem, a respeito de gênero, sexualidade, infância e escola, distintas regras, procedimentos, saberes e verdades que são impostos às/os sujeitas/os. Esses elementos imprimem determinados comportamentos, posturas, pensamentos, desejos, significados e atitudes, os quais correspondem ao campo de ação desse dispositivo, ou seja, ao tipo de sujeita/o que deseja produzir.

Nesse processo de atualização do dispositivo, por exemplo, ecoou no Município de Rio Grande e, conseqüentemente, na EMEI, o Documento Orientador Curricular do Território Rio-Grandino em que as temáticas de gênero e de sexualidade são apontadas como temas vinculados à diversidade e que devem ser desenvolvidos nas escolas do município com estudantes de todas as idades, considerando adequações aos níveis, etapas e modalidades de ensino. O documento, que teve o Gese participando na construção do capítulo Garantia de Direitos, com a escrita do item Diversidade e Valorização da Vida, ressalta a importância da

[...] articulação das discussões e debates aos conhecimentos próprios de cada componente curricular, de maneira que os conteúdos específicos de cada área possam contribuir para o reconhecimento da diversidade e o respeito às diferenças, construindo, assim, um mundo mais justo e igualitário em seus diferentes aspectos (Rio Grande, 2019, p. 42)

Podemos entender, então, que tal documento, que rege a educação do município, emergiu a partir do movimento de atualização do dispositivo da sexualidade. Esse movimento vem produzindo regras, saberes e verdades e, conseqüentemente, imprime modos de produzir a educação e as/os sujeitas/os envolvidas/os nela.

Nesse mesmo sentido, outro movimento, que exemplifica a transição de regras e saberes de acordo com o que se almeja produzir e construir, está presente em uma narrativa da **Revista Temas em Educação, João Pessoa, Brasil, v. 35, n. 1, p. 1-25, e-rte 351202623, ano 2026.**



professora Cecília, quando se refere ao uso da linguagem. Historicamente, são empregados, na língua portuguesa, os termos no masculino como forma de generalização: “a escolha do masculino como genérico e a maneira como são construídas frases ocultando o gênero feminino, reforça e perpetua estereótipos do que um dia foram considerados ‘papéis adequados’ para mulheres e homens na sociedade” (Fischer, 2020, p. 5).

Entretanto, com base nas discussões no âmbito das questões de gênero, tem-se problematizado, questionado, debatido e reconsiderado essa regra gramatical. Para André Fischer, “através da linguagem criamos consciência e talvez possamos modificar padrões de pensamento” (2020, p. 5). Conforme narrou Cecília: *A gente está tão dentro desse mundo [generificado] que no início do ano nós tivemos uma atividade em que a gente trouxe um fazendeiro, quando a gente falava para as crianças era “o fazendeiro”, mas era uma mulher que fazia o papel do fazendeiro. Daí nossa atendente disse assim: “mas eu sou menina e vocês contam história do fazendeiro, não existe fazendeira mulher?” e a gente mudou a história e disse “gente vai chegar à fazendeira”. E nós mudamos a história, mas se ela não dissesse ia ser o fazendeiro o tempo todo* (Cecília, entrevista, 2022).

Desse modo, pensar a flexão de gênero, no âmbito da linguagem inclusiva, por exemplo, consiste, em agora se tratar de questões antes proibidas e/ou silenciadas no espaço escolar. Isso, do mesmo modo, dá-se frente a um debate mais incisivo sobre violência contra as mulheres, questões de identidade de gênero, o uso do nome social por pessoas trans nas escolas, ações e discussões a respeito das/os sujeitas/os LGBTQIAP+.

Assim, ainda notamos que existe, sobre essas questões, algo a ser controlado, governado e normalizado. Há um conjunto de discursos, inclusive no próprio Projeto, alegando o que pode ou não ser falado com as crianças. A título de exemplo, temos o modo direto de falar sobre ato sexual, acerca dos métodos contraceptivos, sobre discussões relacionadas à transexualidade - que produz saberes e verdades sobre determinada temática e sujeitas/os.

São discursos constituídos por um dispositivo que permite conhecermos os pensamentos, as atitudes e as ações, ou seja, as minúcias das vidas cotidianas, com o objetivo de controlar e regular a vida da população. Para Giorgio Agamben (2005, p. 13), o dispositivo

Revista Temas em Educação, João Pessoa, Brasil, v. 35, n. 1, p. 1-25, e-rte 351202623, ano 2026.



corresponde a “qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres viventes”.

Aqui, retomando a narrativa de Nísia, que relatou ter buscado o projeto com o intuito de se *atualizar, estudar e ter novos olhares* (entrevista, 2021). A partir disso, podemos problematizar que ela também buscou um saber para orientá-la a como interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos das crianças e de seus corpos. Porém, agora, talvez Nísia atribua outros olhares a situações como essa, e o viés do proibido e da censura, vão sendo substituídos por outras formas de condução.

Acreditamos que tanto o projeto quanto a professora Nísia, e mesmo o movimento da EMEI de se identificar como uma escola que promove a igualdade de gênero e de sexualidade, estão imersos nessa lógica do dispositivo de produzir sujeitas/os com base em mecanismos de poder-saber. Isso ocorre ainda que seja pelo discurso da igualdade, da liberdade, da educação para a sexualidade, pois, como aponta Michel Foucault (Foucault, 2018, p. 367) “é isto o dispositivo: estratégias de relações de força sustentando tipos de saber e sendo sustentadas por eles”.

Nesse sentido, ao olharmos para as narrativas, uma estratégia que percebemos, para que as temáticas de gênero e sexualidade se tornassem pautas na escola foi o apoio da gestão às professoras que estavam diretamente vinculadas ao Projeto. Ademais, essa escola demonstrou a intenção de tornar as discussões de gênero e sexualidade como institucionais.

Nísia contou que, desde que mencionou o edital do projeto, para a equipe diretiva, sentiu-se apoiada e incentivada, ela reportou: *Aqui a gente tem as gurias que sempre incentivam muito a formação continuada [...] o tema [gênero e sexualidade] partiu de mim, mas depois as gurias perceberam que sim, que era importante estar na escola e virar proposta institucional. A docente seguiu afirmando: não que eu ficasse como a porta-voz somente né, mas capacitar as outras professoras também, porque a ideia delas é que a escola fosse promotora, não uma professora promotora* (Nísia, entrevista, 2021).



Nessa mesma direção, narrou a professora Luma, a qual entrou, como participante do Projeto representando a EMEI nos anos de 2019 e 2020, já que Nísia estava afastada por licença-maternidade: *A escola é muito apoiadora. Elas estão sempre nos incentivando, nos trazendo possibilidades pra aprender [...] sempre trazem alguém pra conversar com a gente, elas proporcionam essas rodas de conversas, essas trocas entre as professoras, a gente tem as horas-atividades com a coordenadora, a coordenadora nos questiona muito, nos indica textos e coisas pra gente ler, pra gente entender mais* (Luma, entrevista, 2021).

No texto “Dialogando sobre gênero na EMEI Deborah Thomé Sayão”, publicado como relato de experiência pelas professoras Belmira, Antonieta e Nísia, no livro “Técnicas sobre corpos, gêneros e sexualidade no espaço escolar”¹⁴, as educadoras relataram “quando entramos para o projeto do Gese [...], sabíamos que precisaríamos desenvolver atividades referentes à temática de gênero na escola, mas gostaríamos que o mesmo fosse disseminado para todos/as e não em uma única turma” (Machado; Rodrigues; Oliveira, 2019, p. 203).

Essas narrativas nos mostram que, para além de as professoras se sentirem apoiadas pela equipe diretiva, os caminhos de estudos e ações que elas foram perpassando, no projeto, não eram só delas, mas eram também parte da escola. Cabe ressaltar, novamente, que essa característica de uma escola que buscava que as questões de gênero e de sexualidade estivessem presentes na EMEI, de maneira transversal, ou que virasse uma *proposta institucional*, como relatou Nísia, foi um fato importante, o qual nos instigou a olhá-la pelo viés investigativo. Assim, entendemos esse ser um diferencial em comparação a outras escolas, também devido as participantes do projeto, que tinham ações pontuais na turma da professora que integrava o projeto.

Dessa forma, hoje, olhando para esse movimento empreendido pela gestão da escola e com apoio das professoras Nísia e Luma de fazer da EMEI uma escola promotora da igualdade de gênero, instituindo isso como característica da identidade da escola, podemos pensar que, do mesmo modo, constitui-se um campo de saber. Logo, abarca um modo de olhar e problematizar as questões de gênero e de sexualidade pelo viés da igualdade, da discussão dos corpos das



crianças, do brincar como atividade de criança e não separada por gênero, de acolher as famílias não heteronormativas, dentre outras ações.

Nesse sentido, considerando que não foi ao acaso que as questões relacionadas a gênero e sexualidade ecoaram de tal modo nessa escola de Educação Infantil, apontamos que diferentes experiências vivenciadas por cada uma das professoras que compõe o grupo da gestão da EMEI, bem como pelas demais docentes que atuam na escola, foram constituindo-as de maneira que essas temáticas não passassem despercebidas. As experiências que Jorge Larrosa anuncia como “algo que (nos) acontece e que às vezes treme, ou vibra, algo que nos faz pensar, algo que nos faz sofrer ou gozar, algo que luta pela expressão” (Larrosa, 2018, p. 10), estão nos eventos cotidianos. Tais eventos nos marcam, afetam-nos e, por nos atravessarem de tal maneira, transformam-nos e nos produzem enquanto sujeitas/os.

Michel Foucault (2004) aborda experiências enquanto criações discursivas que nos fabricam e envolvem narrativas, memórias, discursos, relações de poder e, complementando o autor, envolvem vivências de gênero e de sexualidade. Ainda, o mesmo autor apresenta o conceito de experiência como “a correlação, numa cultura, entre campos de saber, tipos de normatividade e formas de subjetividade” (1984, p. 9). Logo, embora singulares, as experiências não acontecem isoladamente, emergem de fluxos de forças e relações com o mundo.

Desse modo, Foucault expressa um conjunto de mecanismos que envolvem as questões da sexualidade para que ela seja experienciada por cada sujeita/o.

Falar da ‘sexualidade’ como uma experiência historicamente singular suporia, também, que pudesse dispor de instrumentos suscetíveis de analisar, em seu próprio caráter e em suas correlações, os três eixos que a constituem: a formação dos saberes que a ela se referem, os sistemas de poder que regulam sua prática e as formas pelas quais os indivíduos podem e devem se reconhecer como sujeitos dessa sexualidade (Foucault, 1984, p. 10-11).

Assim, determinados modos de saber e relações de poder, sobre gênero e sexualidade, vão nos subjetivando e constituindo nossas experiências, as quais emergem “no modo como o



sujeito vai reagindo, apresentando respostas e dando sentido ao que vai lhe acontecendo” (Pereira, 2019, p. 22).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse artigo, tivemos como objetivo analisar narrativas de professoras buscando problematizar as discussões acerca das questões de gênero e de sexualidade tecidas por elas no âmbito da Educação Infantil. Encontramos, nos escritos foucaultianos a partir das discussões do dispositivo inspiração para pensarmos em determinadas formas de poder-saber que funcionam de acordo com o contexto histórico, social e cultural como estratégias de capturar as/os sujeitas/os para as normas.

Nessa perspectiva, no que tange a temática do artigo, a partir de um conjunto heterogêneo de elementos ditos e não ditos – vinculados ao discurso da criança inocente e assexuada, ou a organização de filas e banheiros separados por gênero, ou ainda a leis que determinam o que pode ou não ser abordado no espaço escolar – as crianças aprendem sobre o que é considerado "normal" ou "aceitável" para cada gênero e vão sendo interpeladas e produzidas por esses discursos. No entanto, não são só as crianças, as/os adultas/os também são interpeladas/os pela norma.

As professoras, em suas narrativas, compartilharam situações que possibilitaram essa percepção, como o relato da professora Nísia que se espantou ao ver o menino mostrando o “bumbum” a outro, ou ainda sua dúvida de como dialogar com as crianças essas temáticas, como esse assunto seria para elas e como percebê-lo no cotidiano do uso dos banheiros, por exemplo. Além disso, a professora Cecília compartilha a atividade do fazendeiro reconhecendo ser interpelada pelas normas da linguagem generificada.

As narrativas demonstram que as professoras são subjetivadas por dispositivos regulatórios, de gênero e de sexualidade, que buscam cercar o que é permitido ou não no âmbito das questões de gênero e de sexualidade – a exemplo, é permitido que se fale que brincadeiras e cores não têm gênero, porém a existência de banheiros divididos por turmas e



não por gênero suscita questionamentos e desafios na organização escolar e no diálogo com as famílias. No entanto, nas redes de poder existem brechas e fissuras que permitem novas configurações e certos desvios na forma de como as/os sujeitas/os são constituídas/os.

Pudemos compreender, então, o vínculo da EMEI com o Projeto Escola Promotora da Igualdade de Gênero como um investimento na promoção da formação contínua e continuada das profissionais da escola, oferecendo condições para que pudessem se questionar e refletir sobre seus pensamentos em relação às questões de gênero e sexualidade. A partir desse processo, emergem brechas que possibilitam a desconstrução dos binarismos, da cisheteronormatividade, da ideia de família tradicional, entre outros. Tais brechas abrem espaço para práticas de resistência, reinvenção e deslocamento das normas. Embora não totalmente livres para criar suas próprias condições de existência, as/os sujeitas/os podem encontrar caminhos de fuga e subversão frente aos saberes e poderes.

Ainda que sempre imersos na lógica do dispositivo de produzir sujeitas/os a partir de estratégias de poder-saber, há possibilidades de linhas de fuga que tensionam e atualizam esses dispositivos, instaurando novas formas de perceber, pensar e agir sobre as temáticas de gênero e sexualidade, especialmente no contexto da Educação Infantil. É nesse movimento que opera, por exemplo, o vínculo da EMEI com o Projeto, trazer a fazendeira ao invés do fazendeiro, e ainda inserir tais temáticas nos documentos que regem a educação. Essas ações não apenas resistem às normatizações vigentes, mas também atualizam o dispositivo ao promoverem abordagens pautadas na igualdade, na equidade, na proteção contra violências sexuais e no direito das crianças de brincar, viver e ser o que quiserem.

Foi possível vermos que as questões de gênero e de sexualidade acionadas no cotidiano da escola só são possíveis de acontecer se houver um entendimento, por parte dos docentes e da gestão escolar, da urgência de criar espaços que possibilitem o pensamento, a reflexão, a crítica. Nos referimos a desnaturalizar as normas para as quais, enquanto sujeitas/os, adultas/os ou crianças, estamos sempre sendo capturadas/os. Normas que instauram as relações entre meninos e meninas. Desnaturalizar o que se tem como padrão para a infância e, então, possibilitar que crianças brinquem de qualquer coisa; vistam-se com a cor que quiserem;



tenham, no futuro, a profissão que quiserem; amem quem quiserem e que qualquer objeto ou situação sejam suficientes para despertar a fantasia, a criatividade e a imaginação.

A educação infantil se estrutura fundamentalmente nas interações entre as crianças e entre elas e suas professoras, é nesses encontros que se constroem sentidos, vínculos e vivenciam-se e produzem-se experiências. É preciso estar atenta/o para observar o que pulsa e, com isso, mediar e propor ações que permitam uma escola outra, pensando na possibilidade de transgredir o que é considerado “natural” como designado a meninas e meninos. É necessário e urgente que as escolas, desde a primeira infância, repensem, coletivamente, as normas de gênero que (re)produzem preconceitos, violências, vidas precárias. É preciso buscar as brechas com o intuito de que possamos pensar diferente do que socialmente reverbera sobre essas temáticas na constituição das/os sujeitas/os.

¹ Assim como no título, ao longo de todo o texto trechos em itálico fazem parte da narrativa das professoras entrevistadas para compor essa pesquisa.

² Este artigo integra a pesquisa de Doutorado intitulada “Escola Promotora da Igualdade de Gênero e de Sexualidade: Uma constituição em tramas históricas e no cotidiano da educação infantil”, a qual objetiva investigar como uma EMEI, situada no Município de Rio Grande, vem se produzindo, em meio a relações de poder/saber, enquanto uma instituição que promove o debate das questões de gênero e de sexualidade. Pesquisa de Tese disponível em: <https://argo.furg.br/?BDTD14086>.

³ Ao apresentar o termo “normas” (Foucault, 2017) nos referimos a arranjos sociais historicamente constituídos para referir-se aquilo que é dado como comum, natural, padrão e inquestionável. No entanto, a sociedade cercada por normas sociais, históricas e culturais, vai produzindo padrões excluindo quem rompe com eles.

⁴ O termo “ditos e não ditos” (Foucault, 2017) refere-se ao funcionamento do discurso. “Ditos” é aquilo que efetivamente aparece no discurso, o que é enunciado, o que circula como verdade ou conhecimento em um determinado contexto histórico, social e cultural. Quando falamos em “não ditos” nos referimos a aquilo que não é pronunciado, mas imprime saberes, regula, limita, como exemplo os banheiros separados por gênero, que, de forma binária, institui regras e normas ao uso do mesmo.

⁵ O conceito de cisheteronormatividade, usado por estudiosas/os de gênero e de sexualidade, refere-se à lógica social que se pauta na cisgeneridade e na heterossexualidade como norma, a qual oprime e marginaliza sujeitos que rompem com a cisheteronorma (Seffner; Felipe, 2022).

⁶ Destacamos que apenas professoras participaram da pesquisa.

⁷ Utilizaremos a expressão LGBTQIAP+ (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais/travestis, queer, intersexos, assexuais, pansexuais e o + que expressa outras possibilidades de expressões de gênero e sexuais). Sabemos que os significados são múltiplos, bem como são objeto de disputa, assim, outras siglas são utilizadas no contexto do Brasil.

⁸ A utilização do nome da EMEI foi autorizada pela direção da escola. Optamos por não o ocultar para demarcar o lugar do qual falamos, visibilizar os desafios e as lutas dessa escola, não de outra. Para maior detalhamento acessar a tese mencionada.

⁹ Que abrange crianças de 4 anos.



¹⁰ Diante do fato de este artigo ter a participação de seres humanos nas entrevistas narrativas e nos encontros narrativos, a fim de respeitar os princípios éticos, a pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais (CEP) da Universidade Federal do Rio Grande - FURG, e aprovada com número do parecer 5.019.828.

¹¹ Todas as participantes deste estudo assinaram um termo de consentimento, autorizando o uso de suas narrativas. As narrativas das participantes, apresentadas em itálico ao longo do texto, transcritas conforme foram ditas, sem adequação gramatical, estão pautadas em princípios éticos. A fim de garantir o anonimato das professoras e buscando preservar a identidade de cada uma, utilizamos pseudônimos inspirados em mulheres que marcaram a história e foram importantes na educação brasileira.

¹² Projeto vinculado a Universidade Federal do Rio Grande – FURG e ao Grupo de Pesquisa Sexualidade e Escola – Gese, em que professoras/es vinculam-se a um espaço de estudo e de discussão das temáticas de gênero e de sexualidade, com o intuito de desenvolver ações em suas escolas, para promover reflexões acerca da igualdade e equidade dos gêneros e das sexualidades.

¹³ O Projeto conta com uma equipe denominada de tutoras e tutores, que apoiam as/os professoras/es na elaboração das ações.

¹⁴ RIZZA, Juliana Lapa; MAGALHÃES, Joanalira Corpes; RIBEIRO, Paula Regina Costa; COSTA, Ana Luiza Chaffe (org.). **Tecituras sobre corpos, gêneros e sexualidades no espaço escolar**. Rio Grande: Ed. da Furg, 2019.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. O que é um dispositivo? **Outra travessia**, Florianópolis, n. 5, p. 9-16, jan. 2005. Disponível em: <https://goo.gl/Ff2y5Y>. Acesso em: 15 nov. 2022.

AMIGOT LEACHE, Patricia; PUJAL I LLOMBART, Margot. Una lectura del género como dispositivo de poder. **Sociológica**, México, v. 24, n. 70, maio/ago., p. 115-152, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.org.mx/pdf/soc/v24n70/v24n70a5.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2022.

BARROS, Suzana da Conceição de. **Sexting na adolescência: análise da rede de enunciações produzida pela mídia**. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande – Furg. Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde. Rio Grande, 2014.

BUTLER, Judith. **Corpos que importam: os limites discursivos do sexo**. São Paulo: Crocodilo edições, 2019.

CASTRO, Roney Polato de. **Experiência e constituição de sujeitos docentes: relações de gênero, sexualidade e formação em Pedagogia**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. 2014. 256p.



CONNELLY, Michael F.; CLANDININ, D. Jean. Relatos de experiência e investigação narrativa. In: LARROSA, Jorge (org.). **Déjame que te cuente**: ensayos sobre narrativa y educación. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Laertes, 1995. p. 11-59.

DELEUZE, Gilles. Que és un dispositivo? In: BALIBAR, Etienne; DREYFUS, Hubert; DELEUZE, Gilles *et al.* **Michel Foucault, filósofo**. Barcelona: Gedisa, 1999. p. 155–163.

FISCHER, André. **Manual prático de linguagem inclusiva**: uma rápida reflexão, 12 técnicas básicas e outras estratégias semânticas. São Paulo: Tecidas, 2020. 19p.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 1**. A vontade de saber. 4. ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz e Terra, 2017.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 2**: o uso dos prazeres. Rio de Janeiro: Graal, 1984. 252p. Disponível em:
https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2940574/mod_resource/content/1/Hist%C3%B3ria-da-Sexualidade-2-O-Uso-dos-Prazeres.pdf. Acesso em: 28 nov. 2023.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 8. ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz e Terra, 2018.

GARRÉ, Bárbara Hees. **O Dispositivo da Educação Ambiental: Modos de Constituir-se Sujeito na Revista Veja**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande – Programa de Pós-graduação em Educação Ambiental, 2015. 185 f.

KORNATZKI, Luciana. **O dispositivo da família e a constituição de subjetividades em membros de famílias homoparentais**. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande – Furg. Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde. Rio Grande. 2019.

LARROSA, Jorge. **Tremores**: escritos sobre experiência. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

MACHADO, Maria Angélica; RODRIGUES Roselle Solano; OLIVEIRA Vânia. Dialogando sobre gênero na EMEI Deborah Thomé Sayão. In: RIZZA, Juliana Lapa; MAGALHÃES, Joanalira Corpes; RIBEIRO, Paula Regina Costa; COSTA, Ana Luiza Chaffé (org.). **Tecituras sobre corpos, gêneros e sexualidades no espaço escolar**. Rio Grande: Ed. da Furg, 2019. p. 203-209

MARCELLO, Fabiana de Amorim. Sobre os modos de produzir sujeitos e práticas na cultura: o conceito de dispositivo em questão. **Currículo sem Fronteiras**, v. 9, n. 2, jul./dez., p. 226-241, 2009.

Revista Temas em Educação, João Pessoa, Brasil, v. 35, n. 1, p. 1-25, e-rte 351202623, ano 2026.



PARAÍSO, Marlucy Alves. Gênero, sexualidade e heterotopia: entre esgotamentos e possibilidades nos currículos. *In*: RIBEIRO, Paula Regina Costa (org.) **Corpo, gênero e sexualidade: Resistência e (ocupa)ções nos espaços de educação**. Rio Grande: Ed. da Furg, 2018. p. 07-28.

PARAÍSO, Marlucy Alves. Pesquisas pós-críticas em educação no Brasil: esboço de um mapa. **Cadernos de Pesquisa**, v. 34, n. 122, maio/ago., p. 283-303, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/JrF5H8r96wRTvTDLSzhYpcM/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 18 out. 2022.

PEREIRA, Lara Torrada. **Escolas promotoras da igualdade de gênero: tessituras de um projeto-experiência**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande – Furg, Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde. Rio Grande/RS. 2019. 138p.

RIO GRANDE/RS. **Documento orientador curricular do território rio-grandino: educação infantil**. Prefeitura municipal do Rio Grande. Secretaria de município da educação. Felipe Alonso dos Santos *et al.* (org). Rio Grande: SMED, 2019. 229p.

SEFFNER, Fernando; FELIPE, Jane. **Educação, Gênero e Sexualidade: (im)pertinências**. 1 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora vozes, 2022.

VARGAS-MONROY, Liliana; PUJAL I LLOMBART, Margot. Gubernamentalidad, dispositivos de género, raza y trabajo: la conducción de la conducta de las mujeres trabajadoras. **Universitas Psychologica, Colombia**, v. 12, n. 4, p. 1255-1267, 2013.

SOBRE A AUTORIA:

[*] Doutora em Educação em Ciências - Universidade Federal do Rio Grande/FURG - <https://orcid.org/0000-0003-0088-7310> - lara.torrada@gmail.com

[**] Doutora em Ciência Biológicas - Universidade Federal do Rio Grande/FURG - <https://orcid.org/0000-0001-7798-996X> - pribeiro.furg@gmail.com

[***] Doutora em Educação Ambiental - Universidade Federal do Rio Grande/FURG - <https://orcid.org/0000-0003-0985-0282> - rizzalapajuliana@gmail.com

Submetido em: 13 de Julho de 2025.

Aprovado em: 24 de agosto de 2025.

Publicado em: Junho de 2026.